

**COORD. DE ANÁLISE DE JURISPRUDÊNCIA**  
**D.J. 11.02.2005**  
**EMENTÁRIO Nº 2179-3**

**21/09/2004**

**PRIMEIRA TURMA**

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 378.041-7 MINAS GERAIS**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. CARLOS BRITTO</b>
RECORRENTE(S)	: ANDRÉ LUIS DE ALMEIDA SILVA
ADVOGADO(A/S)	: SILENE HELENA ABJAUD
ADVOGADO(A/S)	: JOSÉ EDUARDO LEWER DE AMORIM
RECORRIDO(A/S)	: MUNICÍPIO DE BICAS
ADVOGADO(A/S)	: GERALDO MAGELA LONGO DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

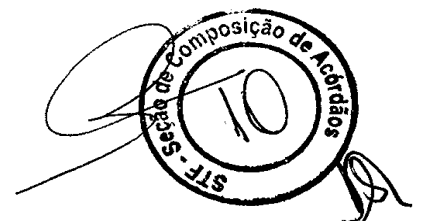
EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MUNICÍPIO. DECLARAÇÃO DE DESNECESSIDADE DE CARGO. SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, EM ESTÁGIO PROBATÓRIO. EXONERAÇÃO AD NUTUM E SEM CRITÉRIOS OBJETIVOS. IMPOSSIBILIDADE.

O servidor público ocupante de cargo efetivo, ainda que em estágio probatório, não pode ser exonerado ad nutum, com base em decreto que declara a desnecessidade do cargo, sob pena de ofensa à garantia do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Incidência da Súmula 21 do STF.

Recurso a que se dá provimento, para determinar a reintegração dos autores no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Bicas (MG).

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em



RE 378.041 / MG

conhecer do recurso extraordinário e lhe deu provimento, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 21 de setembro de 2004.

A handwritten signature in black ink, reading "Carlos Ayres Britto". The signature is fluid and cursive, with a large initial "C" and a long horizontal stroke at the end.

CARLOS AYRÉS BRITTO - RELATOR

**21/09/2004****PRIMEIRA TURMA****RECURSO EXTRAORDINÁRIO 378.041-7 MINAS GERAIS**

**RELATOR** : **MIN. CARLOS BRITTO**  
RECORRENTE(S) : ANDRÉ LUIS DE ALMEIDA SILVA  
ADVOGADO(A/S) : SILENE HELENA ABJAUD  
ADVOGADO(A/S) : JOSÉ EDUARDO LEWER DE AMORIM  
RECORRIDO(A/S) : MUNICÍPIO DE BICAS  
ADVOGADO(A/S) : GERALDO MAGELA LONGO DOS SANTOS E  
OUTRO(A/S)

**R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - (Relator):**

Cuida-se de recurso extraordinário, tempestivo e regularmente interposto com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 102 da Constituição Republicana, contra acórdão proferido pela Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

2. O aresto recorrido, reformando a sentença, concluiu que não houve nenhuma ilegalidade ou inconstitucionalidade na expedição do decreto e das subseqüentes portarias municipais que culminaram na exoneração dos recorrentes, todos servidores do Município de Bicas, aprovados em concurso público e cumprindo, à época, o estágio probatório. Isso porque, uma vez declarado excessivo o número de cargos existentes no Município, por via de decreto municipal, e diante da limitação dos gastos com a folha de pagamento, imposta pela LC nº 82/95 ("Lei Camata"), o Chefe do



RE 378.041 / MG

Executivo local não tinha outra escolha, a não ser exonerar os autores, publicando as portarias pertinentes.

3. Os recorrentes sustentam violação aos artigos 5º, incisos LIV e LV, e 37, inciso II, parte final, ambos da Carta de Outubro. Mais precisamente, argumentam que, na condição de servidores públicos devidamente aprovados em concurso, nomeados e investidos em seus respectivos cargos, não poderiam ser exonerados sem o competente processo administrativo em que lhes fosse assegurado contraditório e ampla defesa. Menos ainda achando-se em estágio probatório, como era o caso, haja vista o entendimento desta Casa Maior de Justiça, consolidado na Súmula 21. Tal procedimento, observam, revela a absoluta arbitrariedade do ato administrativo, que foi praticado com ares de perseguição política, pois sem nenhuma motivação ou critério objetivo. Asseveram, enfim, que restou provado nos autos, por perícia e documentos, que o mesmo prefeito que os exonerou, alegando necessidade de adequação à "Lei Camata", empossou novos servidores nos mesmos cargos e também em outros, ocasionando, inclusive, aumento na folha de pagamento.

4. Em contra-razões, o recorrido, já tendo à sua frente representante político distinto do que praticou os atos de exoneração, mostra-se disposto a reintegrar os autores, mas sem arcar com as remunerações passadas e todos os seus consectários legais. Ao final, noticiando a inviabilidade da transação nesses termos (supostamente por recusa dos interessados), pugna pelo



**RE 378.041 / MG**

desprovemento do apelo extremo, reafirmando a legalidade do ato administrativo praticado na gestão anterior.

5. A ãouta Procuradoria-Geral da República opina pelo provimento do recurso, ao fundamento de que o recorrido não estabeleceu critério prãvio e objetivo que autorizasse a declaração de desnecessidade dos cargos e por considerar que o ato impugnado foi praticado ao arrepio do entendimento contido na Súmula 21 do Supremo Tribunal Federal.

É o relatório.

\* \* \* \* \*

GD/DCH/fam

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'G' followed by a horizontal stroke that extends to the right and then curves slightly upwards.

21/09/2004

PRIMEIRA TURMA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 378.041-7 MINAS GERAISV O T O

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - (Relator): O recurso extraordinário merece acolhida, não tenho dúvidas. O acórdão recorrido dá conta de que os autores eram servidores do Município de Bicas, aprovados em concurso público de provas, nomeados e empossados em seus cargos correspondentes, quando, estando ainda em estágio probatório, foram exonerados por meio de portarias municipais. Estas, a seu turno, estavam calçadas em decreto municipal, que "*considerou desnecessário em número algumas vagas dos respectivos cargos ocupados por ele ou alguns cargos*" (fls. 331, sic).

8. Revelador do caso sob exame, o acórdão também registra que "*não se vislumbra na espécie que os atos administrativos consubstanciados no decreto e nas portarias citados, tenham extinto os cargos, mas apenas limitaram-se a declarar a desnecessidade de um número excessivo de vagas nos referidos cargos*" (fls. 331, sic). E, surpreendentemente, consigna que os servidores "***foram exonerados sem garantias de normas constitucionais, de vez que não houve procedimento administrativo como fundamento para o ato de exonerar, e de escolher dentre outros funcionários, exatamente os autores, sem***



RE 378.041 / MG

que a eles se garantisse o direito de defesa e do contraditório, sendo eles, aliás, escolhidos discricionariamente para serem **exonerados**" (fls. 331, sic, sem grifos no original). Nada obstante, a decisão colegiada conclui que "As portarias referidas na peça inicial buscaram suporte na legislação que menciona para expedir os atos exoneratórios dos autores, e se as vagas eram excessivas e, portanto, desnecessárias, não havia como os autores promoverem sua ampla defesa, que seria inócua, pois o Chefe do Executivo Municipal Local, outra providência não havia, senão a de afastar os autores do serviço público" (fls. 332, sic, grifei).

9. Em seguida, o acórdão vale-se da LC 82/95 e da preocupação que o Prefeito Municipal de Bicas expressou, em sua contestação, relativamente aos limites impostos pela citada lei, para considerar, enfim, que estava justificado o ato impugnado, uma vez que "Declarados desnecessários os cargos ocupados pelos autores-apelados, não havia como, diante da necessidade de adequar os gastos daquele município com os limites da Lei Camata, abrir procedimentos administrativos antecedentes aos atos exoneratórios, pois que o ato não se marcava de arbitrário, mas coerente com a citada lei" (fls. 333, sic, sem grifos no original).

10. Como se vê, a simples leitura de trechos da decisão recorrida — e é isto que explica a abundância de citações — denuncia o desrespeito a garantias constitucionais fundamentais. A



RE 378.041 / MG

pretexto de dar cumprimento aos ditames da LC 82/95, o Tribunal de origem fez tábua rasa dos incisos LIV e LV do art. 5º da Magna Carta.

11. Com efeito, em hipótese alguma o Município recorrido poderia ter exonerado servidores ocupantes de cargo efetivo, tê-los privado do seu trabalho, sem lhes garantir o direito ao contraditório e à ampla defesa.

12. A própria declaração de desnecessidade, com efeitos sobre cargos que haviam sido providos há pouco tempo (os autores estavam em estágio probatório, lembre-se, numa época em que este se limitava a dois anos), causa espécie. De fato, mesmo contando com os imprevistos, o bom senso autoriza inferir que a Administração tem condições de avaliar e organizar seu quadro de pessoal por um período de dois anos, pelo menos. Então, se os cargos não eram necessários, porque foram providos? A par dessa consideração teórica, o Ministério Público dá conta da nomeação de novos servidores para os mesmos cargos, imediatamente após a exoneração dos autores, conforme constou do acórdão, quando se fez menção ao parecer da Procuradoria Geral de Justiça (fls. 332).

13. Por último, não há como ignorar que a decisão recorrida colide com o entendimento consolidado na Súmula 21 desta colenda Corte, segundo o qual *"Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade"*. De outra parte, não é de se aplicar ao caso a Súmula 22, seja porque o caso não envolve extinção





RE 378.041 / MG

de cargo, mas simples declaração de desnecessidade, seja porque o referido verbete não trata da ausência de processo administrativo anteriormente ao ato de exoneração, tema central do presente apelo. Daí porque, a título de precedentes, trago a colação os seguintes julgados: RE 222.532, Relator o Ministro Sepúlveda Pertence; e RE 230.540, Relator o Ministro Ilmar Galvão.

Pelos fundamentos expendidos, dou provimento ao recurso para, reformando *in totum* o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, restabelecer os termos da decisão de primeiro grau.

\* \* \* \* \*

GD/DCH/fam



*Supremo Tribunal Federal*

## PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO 378.041-7

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. CARLOS BRITTO

RECTE.(S): ANDRÉ LUIS DE ALMEIDA SILVA

ADV.(A/S): SILENE HELENA ABJAUD

ADV.(A/S): JOSÉ EDUARDO LEWER DE AMORIM

RECD.(A/S): MUNICÍPIO DE BICAS

ADV.(A/S): GERALDO MAGELA LONGO DOS SANTOS E OUTRO(A/S)

**Decisão:** A Turma conheceu do recurso extraordinário e lhe deu provimento, nos termos voto do Relator. Unânime. Presidiu o julgamento o Ministro Marco Aurélio. Não participou deste julgamento o Ministro Sepúlveda Pertence. 1ª Turma, 21.09.2004.

Presidência do Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Cezar Peluso, Carlos Britto e Eros Grau.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.

Ricardo  Dias Duarte  
#Coordenador